



Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CNPJ nº 61.082.962/0001-21

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às disposições estatutárias e às determinações legais que regem o funcionamento das sociedades por ações, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2010, acompanhado das Notas Explicativas. **Resultado do Exercício:** Do lucro do exercício de R\$ 45.927.005,29, após a constituição da reserva legal de R\$ 2.296.350,26 e a reversão de reserva de reavaliação em empresas controladas de R\$ 3.508.084,69, apurou-se um lucro final de R\$ 47.138.739,72. O dividendo mínimo obrigatório é de R\$ 11.784.684,93. Tendo em vista que o lucro realizado da Companhia foi de R\$ 5.356.691,94, a administração propõe a distribuição de dividendos no montante de R\$ 5.356.691,94 e a constituição de reserva de lucro/reserva de lucros a realizar, de acordo com o art. 197 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 6.427.992,99. O saldo remanescente de lucros acumulados de R\$ 35.354.054,79 e os ajustes positivos de exercícios anteriores decorrentes de mudança de prática contábil relativos aos saldos de aberturas de adoção aos CPC's - Comitê de Pronunciamentos Contábeis de R\$ 36.014.402,87 foram destinados para a reserva de lucros/reserva estatutária operacional, tudo conforme demonstrado no balanço, demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, demonstrações financeiras estas, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes. **Agradecimentos:** Ao término de mais um ano, agradecemos aos nossos funcionários pela dedicação e aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pela confiança depositada na Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. São Paulo, 28 de março de 2011. **Conselho de Administração.**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 1º de Janeiro de 2009 (Em milhares reais)																		
Ativo	Nota	Consolidado			Controladora			Passivo	Nota	Consolidado			Controladora					
		2010	2009	01/jan/09	2010	2009	01/jan/09			2010	2009	01/jan/09	2010	2009	01/jan/09			
Circulante																		
Caixa e equivalentes de caixa	6	39.731	12.035	22.360	10.184	2.960	3.589	Empreéstimos e financiamentos	17	33.896	29.730	19.820	5.529	5.737	6.738			
Aplicações financeiras	7	78.952	80.069	84.837	-	-	-	Debitantes	18	145.123	201.066	142.576	32.789	39.454	28.535			
Contas a receber de clientes	8	18.725	17.418	11.439	1.839	17.254	10.437	Debitantes - Copersucar	19	20.318	-	-	-	-	-			
Contas correntes - Copersucar	9	30.800	36.560	-	-	-	-	Passivos fiscais parcelados	20	54.926	60.113	79.845	141	140	59			
Estoques	10	68.866	55.112	117.463	4.074	5.895	6.699	Passivos fiscais		3.857	3.626	32.263	540	458	906			
Ativo biológico	11	24.461	14.705	27.677	24.461	14.705	27.677	Salários e encargos sociais		11.657	11.513	10.371	2.804	2.990	3.027			
Impostos a recuperar	12	24.808	15.465	14.758	6.087	2.340	3.269	Dividendos a pagar		5.544	1.032	-	5.357	-	-			
Outros créditos		8.795	5.615	3.682	6.532	4.111	1.312	Outras obrigações		4.662	285	358	2.048	104	160			
Contas correntes - Copersucar		-	-	-	-	-	-	Contas correntes - Copersucar	9	-	-	21.915	-	-	-			
Total do ativo circulante		295.138	236.979	282.216	53.177	47.265	52.983	Total do passivo circulante		282.483	310.068	309.991	49.208	48.883	39.425			
Não circulante								Não Circulante										
Aplicações financeiras	7	6.444	9.497	9.746	-	-	-	Empreéstimos e financiamentos	18	123.849	140.832	161.869	5.898	14.749	32.734			
Adiantamento a fornecedores	10	476	2.301	2.301	-	-	-	Debitantes	19	78.699	-	-	-	-	-			
Títulos a receber	18	14.121	11.326	10.288	-	-	-	Financiamentos - Copersucar	20	39.528	29.236	43.024	-	-	-			
Depósitos judiciais	22	7.739	7.586	7.347	2.014	2.007	1.996	Passivos fiscais parcelados		6.853	12.008	14.219	1.302	1.307	318			
Impostos a recuperar	12	6.627	18.425	18.471	3.439	6.485	5.144	Provisões para contingências	22	21.986	27.185	40.746	2.275	2.689	4.912			
Ativo fiscal diferido	13	9.716	14.331	17.203	3.804	9.951	4.935	Provisão para passivo a descoberto	13	92.467	80.724	80.824	15.192	10.754	12.225			
Outros créditos		1.922	1.079	1.232	17	17	439	Total do passivo não circulante		365.482	289.985	340.673	82.005	72.614	72.054			
Investimentos	14	78.845	60.497	64.656	239.228	205.955	204.929	Patrimônio líquido	24									
Propriedade para investimentos	15	19.420	18.973	18.578	6.916	6.238	5.741	Capital social		130.000	130.000	130.000	130.000	130.000	130.000			
Ativo biológico	11	222.852	186.761	170.818	80.289	60.385	66.414	Reserva de reavaliação		65.665	69.174	70.890	65.665	69.174	70.890			
Imobilizado	16	369.477	366.687	382.738	27.978	28.273	33.507	Reservas de lucros		89.998	45.919	59.164	89.998	45.919	63.733			
Intangível		2.958	2.958	2.958	14	14	14	Participações de não controladores		102.107	92.254	77.834	-	-	-			
Total do ativo não circulante		740.597	700.421	706.336	363.699	319.325	323.119	Total do patrimônio líquido		387.770	337.347	337.889	285.663	245.093	264.623			
Total do ativo		1.035.735	937.400	988.552	416.876	366.590	376.102	Total do passivo e patrimônio líquido		1.035.735	937.400	988.552	416.876	366.590	376.102			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2010	2009	2010	2009
Receita operacional	26	478.709	433.577	88.129	70.116
Custo das vendas	28	(342.294)	(389.837)	(47.977)	(87.372)
Lucro bruto		136.415	43.740	40.152	(17.256)
Outros resultados operacionais	27	16.027	48.702	850	27.245
Administrativas e gerais	28	(42.441)	(44.087)	(11.339)	(13.192)
Despesas com vendas	28	(4.833)	(5.248)	(367)	(270)
Ganhos na distribuição de dividendos aos acionistas	14	14.714	-	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		119.882	43.107	29.296	(3.473)
Receitas financeiras		29.815	43.256	201	368
Despesas financeiras		(78.647)	(88.693)	(7.792)	(9.731)
Financeiras líquidas	29	(48.832)	(45.437)	(7.591)	(9.363)
Resultado da equivalência patrimonial	14	18.792	(4.255)	34.807	(24.333)
Resultado antes dos impostos		89.842	(6.585)	56.512	(37.169)
Imposto de renda e contribuição social		(12.334)	(7.483)	-	(1.241)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(16.939)	6.552	(10.585)	8.927
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	13	(29.273)	(931)	(10.585)	7.686
Resultado do período atribuído aos:					
Acionistas não controladores		(14.642)	(16.823)	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		45.927	(24.339)	45.927	(29.483)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2010	2009	2010	2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		45.927	(24.339)	45.927	(29.483)
Ajustado para:					
Depreciação e amortização		45.155	59.075	14.340	14.455
Valor residual do imobilizado baixado		7.331	2.789	2.314	1.056
Resultado de equivalência patrimonial		(18.792)	4.255	(34.807)	24.333
Mudança no valor justo de ativos biológicos		(45.277)	(6.973)	(28.264)	14.513
Juros e variações monetárias		26.151	54.812	5.025	7.781
Reversão de provisão para contingências		(5.199)	(13.561)	(414)	(2.223)
Participações de acionistas não controladores		14.642	16.823	-	-
Impostos diferidos		16.939	(6.552)	10.585	(8.927)
Diminuição em aplicações financeiras		86.877	86.329	14.706	21.505
(Aumento) diminuição em impostos a recuperar		4.170	5.017	-	-
(Aumento) diminuição de estoques		2.455	(661)	(701)	(372)
(Aumento) diminuição em contas a receber de clientes		(14.432)	61.854	1.821	4.350
(Aumento) diminuição em contas correntes - Copersucar		1.811	(5.979)	14.078	(6.817)
(Aumento) diminuição em outros créditos		5.760	(58.475)	-	-
(Aumento) diminuição de passivos fiscais		(4.023)	(1.780)	(2.428)	(2.859)
Aumento (diminuição) de salários e encargos a pagar		(3.027)	(30.979)	78	3.048
Aumento (diminuição) em fornecedores		144	1.142	(186)	(37)
Aumento (diminuição) em outras contas a pagar		1.048	9.910	(208)	(1.001)
Juros pagos		4.377	(73)	1.944	(56)
Dividendos recebidos		(46.012)	(33.277)	(8.446)	(5.033)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais		14.714	-	10.634	6.315
Fluxo de caixa de atividades de investimento		53.862	33.028	31.292	19.443
Compra de propriedades para investimento		231	102	-	-
Aquisição de investimentos		(267)	-	-	-
Aquisições para compra de imobilizado e ativo biológico		(47.617)	(34.322)	(11.295)	(9.832)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento		(47.653)	(34.220)	(11.295)	(9.832)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		(141.873)	(92.813)	(42.693)	(30.794)
Amortização de empréstimos e financiamentos		167.468	85.079	29.920	20.954
Empreéstimos e financiamentos tomados		(4.108)	(1.399)	-	-
Caixa proveniente (usado em) de atividades de financiamento		21.487	(9.133)	(12.773)	(9.840)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes		27.696	(10.325)	7.224	(629)
Demonstração do aumento (diminuição) do caixa e equivalente de caixa		12.035	22.360	2.960	3.589
No início do período		39.731	12.035	10.184	2.960
No fim do período		(27.696)	10.325	(7.224)	629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Consolidado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
		Reserva de reavaliação	Legal	Lucros a realizar				
Saldo em 1º de janeiro de 2009	130.000	70.890	11.526	-	47.638	260.054	77.834	337.888
Realização da reserva de reavaliação	-	(11.669)	-	-	-	-	-	11.669
Reversão do valor recuperável de ativos em controlada	-	9.953	-	-	-	9.953	23	9.976
Compensação de prejuízo do exercício com reserva estatutária operacional	-	-	(1.621)	-	(22.718)	24.339	-	-
(Prejuízo) lucro do exercício	-	-	-	-	(24.339)	(24.339)	16.823	(7.516)
Destinações:								
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	11.094	(11.094)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(575)	(575)	(1.150)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(1.851)	(1.851)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	130.000	69.174	9.905	-	36.014	245.093	92.254	337.347
Realização da reserva de reavaliação	-	(3.509)	-	-	-	3.509	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	45.927	45.927	14.642	60.569
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reserva legal	-	-	2.296	-	(2.296)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	(5.357)	(5.357)	(2.650)	(8.007)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(2.139)	(2.139)
Constituição de reserva de lucros a realizar								

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 e 1º de Janeiro de 2009 (Em milhares de reais)

tadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na nota de provisão para contingências.

3. Principais práticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC. **a) Base de consolidação:** **i) Controladas:** As políticas contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela controladora. **ii) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações entre as Companhias e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora nas Companhias investidas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b) Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das Companhias pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. **c) Instrumentos financeiros:** **i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **ii) Investimentos mantidos até o vencimento:** Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda. **iii) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são classificados como mantidos até o vencimento até o momento em que o empréstimo ou o recebível é exercido e os próximos dois exercícios financeiros. **iv) Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa. **iv) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **v) Capital Social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. **d) Investimentos:** Os investimentos em controladas são contabilizados nas demonstrações financeiras da controladora por meio da equivalência patrimonial. **e) Imobilizado:** **i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada, exceto pelas controladas Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, Companhia Canaveieira de Jacarezinho e Destilarias Melhoramentos S.A. que possuem reavaliação. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados como diferenças advindas da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	A partir de 01/01/10	A partir de 01/01/09
• edifícios	25-30 anos	25 anos
• máquinas e equipamentos	8-12 anos	10 anos
• móveis e utensílios	8-10 anos	10 anos
• outros componentes	4-9 anos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados e a vida encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **f) Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para autêntica receita de aluguel, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo histórico, exceto a propriedade para investimentos da controlada Usina Morretes Ltda., que possui reavaliação. **g) Ativos intangíveis:** **(i) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(ii) Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **h) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O custo também pode incluir transferências de outros resultados abrangentes de qualquer ganho ou perda nos hedge de fluxos de caixa de custos a pagar de compra de materiais em moeda estrangeira de estoques. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como e depreciado durante a safra seguinte. **i) Ativos biológicos:** Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. **j) Redução ao valor recuperável (Impairment):** **i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado e avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que em um evento de perda o valor contábil do ativo, e o reconhecimento inicial do ativo, é maior que o valor recuperável. O valor negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto

de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de Janeiro de 2009 (Em milhares de reais)

desse títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade. **ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. **k) Benefícios a empregados:** **a) Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. **b) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **i) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **ii) Receita operacional:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados a e possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. As receitas de vendas de açúcar e etanol auferidas pela COPERSUCAR - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo são apropriadas ao resultado do exercício com base em acordo, definido de acordo com a produção da Companhia em relação as demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 05 de setembro de 1986. **ii) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **iii) Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substitivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substitivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **ii) Aspectos ambientais:** As instalações da Companhia estão sujeitas à regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **4. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo. **i) Ativo biológico:** O valor justo das culturas de cana-de-açúcar, soja, dos bovinos e das plantas de eucalipto são baseados nos preços cotados no mercado ativo. **ii) Propriedade para investimento:** O valor justo da propriedade para investimento para fins de divulgação, conforme determina o CPC 28 - Propriedade para investimento, foi estimado com base em laudo de avaliação, emitido por empresa de avaliação, externa e independente, tendo apropriada qualificação profissional reconhecida e experiência recente na região e no tipo de propriedade que está sendo avaliada. Os valores justos são baseados nos valores de mercado, e o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. As avaliações refletem, quando apropriado, o tipo de arrendador efetivamente ocupando o imóvel ou do responsável por honrar os compromissos do arrendamento ou do arrendador que provavelmente estará ocupando o imóvel após o período de em que o imóvel ficou vago, a alocação das responsabilidades de manutenção e seguro entre a Empresa e o locatário, e a vida econômica remanescente da propriedade. Quando revisões do arrendamento ou renovações do arrendamento estão pendentes e incluem aumentos previstos referentes à devolução da propriedade, assume-se que tais avisos, e quando apropriado contra-avisos, tenham sido providos de maneira válida e dentro do tempo apropriado. **5. Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • risco de crédito; • risco de liquidez; • risco de mercado; • risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **Estrutura do gerenciamento de risco - Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. A Companhia tem como maior cliente a parte relacionada Destilarias Melhoramentos S.A., cooperada da COPERSUCAR - Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, cujo desempenho agregado à política da cooperativa mitiga o risco de crédito. A gestão dos demais riscos é sustentada na avaliação dos clientes, na sua maioria Traders e Cooperativas, localizadas próximas das unidades produtoras. Esta avaliação é criteriosa e leva em consideração o histórico e o relacionamento comercial e financeiro com o cliente. Caso alguma negociação venha a oferecer margem para a existência de risco, a negociação é feita à vista, com autorização para entrega dos produtos após confirmação do crédito. A administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, o que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de mercado:** Os empréstimos contratados pela Companhia são em moeda nacional, não ficando expostos a risco de câmbio ou instabilidade internacional. A maior parte da receita da Companhia é proveniente da cana-de-açúcar. Portanto a estratégia adotada para a equalização da flutuação dos preços, é baseada no controle dos custos, visando minimizar os possíveis impactos decorrentes da oferta e demanda dos produtos finais, açúcar e álcool, no mercado interno, e destas commodities no mercado externo, bem como dos fatores climáticos. **Risco operacional:** Com o objetivo de implementar controles e gerar resultados, a Companhia, baseada em indicadores de desempenho define as responsabilidades operacionais e monitora as diversas áreas, priorizando produtividade, segurança, respeito ao meio ambiente e lucratividade, agregados à desenvolvimento de habilidades e capacitação de seus colaboradores. Este conjunto de valores permite que a gestão operacional da empresa maximize os resultados pretendidos.

continua

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 e 1º de Janeiro de 2009 (Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa:			
Consolidado	2010	2009	01/jan/09
Caixa e depósitos bancários	39.731	12.035	22.360
Controladora	2010	2009	01/jan/09
Caixa e depósitos bancários	10.184	2.960	3.589
7. Aplicações financeiras			
Consolidado	2010	2009	01/jan/09
Aplicações financeiras	85.396	89.566	94.583
Circulante	(78.952)	(80.069)	(84.837)
Não circulante	6.444	9.497	9.746

As aplicações financeiras são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósito bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 95% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Do montante de aplicações financeiras, R\$ 26.709 foram cedidos em garantias de operações da controladora e das controladas Maringá S.A. Cimento e Ferro Liga, Destilarias Melhoramentos S.A., Companhia Agrícola Usina Jacarezinho e Companhia Canaveira de Jacarezinho.

8. Contas a receber de clientes:			
Consolidado	2010	2009	01/jan/09
Contas a receber de clientes no país	18.725	16.510	11.336
Contas a receber de clientes no exterior	-	908	103
Controladora	2010	2009	01/jan/09
Contas a receber - partes relacionadas - Nota 23	1.520	16.676	9.595
Contas a receber - terceiros	319	578	842
	1.839	17.254	10.437

9. Contas correntes - Copersucar: Correspondem às operações com a Copersucar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66 de 05 de setembro de 1986.

b) Apresentação:

	2010	2009	01/jan/09	2010	2009	01/jan/09
Ativo biológico	247.313	201.466	198.495	104.750	75.090	94.091
Circulante	(24.461)	(14.705)	(27.677)	(24.461)	(14.705)	(27.677)
Não circulante	222.852	186.761	170.818	80.289	60.385	66.414
A seguir estão demonstradas as movimentações dos ativos biológicos da Companhia:						
Consolidado						
	2010	2009	01/jan/09	2010	2009	01/jan/09
Saldo em 01/jan/09	9.012	18.665	27.677	148.895	21.923	170.818
Aumento/redução devido a tratamentos/plantio/colheita	10.972	10.972	10.972	2.027	-	2.027
Aumento devido a aquisições	-	-	-	344	-	344
Diminuição devido a vendas/mortes	(15.698)	(484)	(16.182)	-	281	281
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(2.646)	(5.116)	(7.762)	14.786	493	15.279
Redução devido amortizações e depreciações do período	-	-	-	(1.285)	(203)	(1.388)
Saldo em 31/dez/09	1.640	13.065	14.705	164.267	22.494	186.761
Saldo em 01/jan/10	1.640	13.065	14.705	164.267	22.494	186.761
Aumento/redução devido a tratamentos/plantio	12.370	12.370	12.370	1.792	-	1.792
Aumento devido a aquisições	-	-	-	198	-	198
Diminuição devido a vendas	(7.626)	(756)	(8.382)	-	-	-
Aumento/diminuição líquida devido aos nascimentos/mortes	-	988	988	-	773	773
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	707	4.073	4.780	27.338	11.245	38.583
Redução devido amortizações e depreciações do período	-	-	-	(4.790)	(465)	(5.255)
Saldo em 31/dez/10	7.091	17.370	24.461	188.805	34.047	222.852
Controladora						
	2010	2009	01/jan/09	2010	2009	01/jan/09
Saldo em 01/jan/09	9.012	18.665	27.677	44.491	21.923	66.414
Plantio	10.972	10.972	10.972	1.626	-	1.626
Aumento devido a aquisições	-	-	-	344	-	344
Diminuição devido a vendas/mortes	(15.698)	(484)	(16.182)	-	281	281
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(2.646)	(5.116)	(7.762)	(6.699)	493	(6.206)
Redução devido amortizações e depreciações do período	-	-	-	(1.871)	(203)	(2.074)
Saldo em 31/dez/09	1.640	13.065	14.705	37.891	22.494	60.385
Saldo em 01/jan/10	1.640	13.065	14.705	37.891	22.494	60.385
Aumento/redução devido a tratamentos/plantio	12.370	12.370	12.370	(428)	-	(428)
Aumento devido a aquisições	-	-	-	198	-	198
Diminuição devido a vendas	(7.626)	(756)	(8.382)	-	-	-
Aumento/diminuição líquida devido aos nascimentos/mortes	-	988	988	-	773	773
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	707	4.073	4.780	10.325	11.245	21.570
Redução devido amortizações e depreciações do período	-	-	-	(1.744)	(465)	(2.209)
Saldo em 31/dez/10	7.091	17.370	24.461	46.242	34.047	80.289

	2010	2009	01/jan/09	2010	2009	01/jan/09
Saldo em 01/jan/09	9.012	18.665	27.677	44.491	21.923	66.414
Plantio	10.972	10.972	10.972	1.626	-	1.626
Aumento devido a aquisições	-	-	-	344	-	344
Diminuição devido a vendas/mortes	(15.698)	(484)	(16.182)	-	281	281
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(2.646)	(5.116)	(7.762)	(6.699)	493	(6.206)
Redução devido amortizações e depreciações do período	-	-	-	(1.871)	(203)	(2.074)
Saldo em 31/dez/09	1.640	13.065	14.705	37.891	22.494	60.385
Saldo em 01/jan/10	1.640	13.065	14.705	37.891	22.494	60.385
Aumento/redução devido a tratamentos/plantio	12.370	12.370	12.370	(428)	-	(428)
Aumento devido a aquisições	-	-	-	198	-	198
Diminuição devido a vendas	(7.626)	(756)	(8.382)	-	-	-
Aumento/diminuição líquida devido aos nascimentos/mortes	-	988	988	-	773	773
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	707	4.073	4.780	10.325	11.245	21.570
Redução devido amortizações e depreciações do período	-	-	-	(1.744)	(465)	(2.209)
Saldo em 31/dez/10	7.091	17.370	24.461	46.242	34.047	80.289

c) Riscos regulatórios e ambientais: A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. d) Riscos climáticos e outros: As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar, soja e eucalipto e pecuária estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares.

12. Impostos a recuperar

Consolidado	2010	2009	01/jan/09	2010	2009	01/jan/09
ICMS a recuperar	22.392	26.869	22.851	-	-	-
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	977	456	1.418	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	804	15	245	-	-	-
COFINS a recuperar	5.461	4.903	6.517	-	-	-
PIS a recuperar	1.187	1.064	1.457	-	-	-
INSS a recuperar	521	505	592	-	-	-
Outros	93	78	149	-	-	-
Circulante	31.435	33.890	33.229	-	-	-
Não circulante	(24.808)	(15.465)	(14.758)	-	-	-
Controladora	2010	2009	01/jan/09	2010	2009	01/jan/09
ICMS a recuperar	8.722	8.592	7.616	-	-	-
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	790	212	786	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	-	9	1	-	-	-
COFINS a recuperar	2	4	1	-	-	-
PIS a recuperar	-	1	-	-	-	-
INSS a recuperar	10	7	8	-	-	-
Outros	2	-	1	-	-	-
Circulante	9.526	8.825	8.413	-	-	-
Não circulante	(6.087)	(2.340)	(3.269)	-	-	-
	3.439	6.485	5.144	-	-	-

13. Ativos e passivos fiscais diferidos: Impostos diferidos de ativos e passivos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. A Companhia contabilizou impostos diferidos sobre as seguintes diferenças temporárias e de bases:

Consolidado	Ativo			Passivo		
	2010	2009	01/jan/09	2010	2009	01/jan/09
Provisão para contingências	6.905	5.383	8.642	-	-	-
Ativo biológico	2.485	8.846	8.459	44.600	57.180	55.217
Reserva de reavaliação	-	-	-	37.687	19.516	19.843
Mudança de taxa de depreciação	-	-	-	6.979	-	-
Depreciação acelerada	-	-	-	3.201	4.028	5.764
Outros	326	102	102	-	-	-
	9.716	14.331	17.203	92.467	80.724	80.824
Controladora	2010	2009	01/jan/09	2010	2009	01/jan/09
Provisão para contingências	1.319	1.105	1.398	-	-	-
Ativo biológico	2.485	8.846	8.459	11.465	6.727	7.148
Mudança de taxa de depreciação	-	-	-	566	-	-
Depreciação acelerada	-	-	-	3.161	4.027	5.077
	3.804	9.951	12.855	15.192	10.754	12.225

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e da contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

10. Estoques:			
Consolidado	2010	2009	01/jan/09
Produtos acabados	35.872	28.201	77.887
Produtos em elaboração	6.377	1.983	9.017
Matérias-primas	4.535	4.280	8.260
Manufatura industrial	6.269	2.940	1.045
Almoxarifado	12.602	12.334	13.101
Outros	862	1.016	1.454
Adiantamento a fornecedores	2.825	6.659	9.000
Circulante	69.342	57.413	119.764
Não circulante	(68.866)	(55.112)	(117.463)
	476	2.301	2.301
Controladora	2010	2009	01/jan/09
Produtos acabados	256	1.474	1.553
Almoxarifado	3.788	3.929	4.575
Outros	30	492	571
	4.074	5.895	6.699

11. Ativo biológico: A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativos Biológicos (correlação à norma internacional de contabilidade IAS 41), atendendo, assim, os dispositivos estabelecidos no Pronunciamento Técnico, onde os seus ativos biológicos ("pecuária, cana-de-açúcar, soja e floresta") passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência. a) Principais premissas utilizadas para atribuição do valor justo aos ativos biológicos: Com base no CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo onde as lavouras de cana-de-açúcar e soja, as florestas de eucalipto e a pecuária são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda de ativo menos os impostos e custos necessários para colocação do produto em consumo ou venda. As metodologias utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos correspondem à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade das lavouras de cana-de-açúcar e soja, das florestas de eucalipto e a pecuária, levando-se em consideração as variações de preço e de preço dos ativos biológicos e a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao WACC da Companhia, o qual é revisado periodicamente pela Administração.

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Ativo biológico	247.313	201.466	104.750	75.090
Circulante	(24.461)	(14.705)	(24.461)	(14.705)
Não circulante	222.852	186.761	80.289	60.385
A seguir estão demonstradas as movimentações dos ativos biológicos da Companhia:				
Consolidado				
	2010	2009	2010	2009
Saldo em 01/jan/09	9.012	18.665	27.677	148.895
Aumento/redução devido a tratamentos/plantio/colheita	10.972	10.972	10.972	2.027
Aumento devido a aquisições	-	-	-	344
Diminuição devido a vendas/mortes	(15.698)	(484)	(16.182)	-
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(2.646)	(5.116)	(7.762)	14.786
Redução devido amortizações e depreciações do período	-	-	-	(1.285)
Saldo em 31/dez/09	1.640	13.065	14.705	164.267
Saldo em 01/jan/10	1.640	13.065	14.705	164.267
Aumento/redução devido a tratamentos/plantio	12.370	12.370	12.370	1.792
Aumento devido a aquisições	-	-	-	198
Diminuição devido a vendas	(7.626)	(756)	(8.382)	-
Aumento/diminuição líquida devido aos nascimentos/mortes	-	988	988	-
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	707	4.073	4.780	27.338
Redução devido amortizações e depreciações do período	-	-	-	(4.790)
Saldo em 31/dez/10	7.091	17.370	24.461	188.805
Controladora				
	2010	2009	2010	2009
Saldo em 01/jan/09	9.012	18.665	27.677	44.491
Plantio	10.972	10.972	10.972	1.626
Aumento devido a aquisições	-	-	-	344
Diminuição devido a vendas/mortes	(15.698)	(484)	(16.182)	-
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(2.646)	(5.116)	(7.762)	(6.699)
Redução devido amortizações e depreciações do período	-	-	-	(1.871)
Saldo em 31/dez/09	1.640	13.065	14.705	37.891
Saldo em 01/jan/10	1.640	13.065	14.705	37.891
Aumento/redução devido a tratamentos/plantio	12.370	12.370	12.370	(428)
Aumento devido a aquisições	-	-	-	198
Diminuição devido a vendas	(7.626)	(756)	(8.382)	-
Aumento/diminuição líquida devido aos nascimentos/mortes	-	988	988	-
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	707	4.073	4.780	10.325
Redução devido amortizações e depreciações do				

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 e 1º de Janeiro de 2009 (Em milhares de reais)

Companhia Agrícola Usina Jacarezinho; aplicações financeiras da Maringá S.A. Cimento e Ferro-Liga, cessão fiduciária de direitos creditórios Copersucar da Companhia Agrícola Usina Jacarezinho; hipoteca de imóveis da Companhia e notas promissórias. O FINAME refere-se a financiamentos de bens do ativo fixo que vencem entre 2011 e 2015, estando garantidos por avais dos diretores e aval e aplicação financeira da parte relacionada Maringá S.A. Cimento e Ferro-Liga, notas promissórias e alienação fiduciária dos respectivos bens. As operações de "compror" foram realizadas para aquisição de produtos e serviços, vencem em 2011 e estão garantidas por fiança da parte relacionada Maringá S.A. Cimento e Ferro-Liga. O financiamento para o custeio agrícola da safra de cana-de-açúcar vence em 2011 e está garantido por avais e fianças dos diretores e da parte relacionada Companhia Agrícola Usina Jacarezinho; cessão fiduciária de direitos creditórios Copersucar, da Companhia Agrícola Usina Jacarezinho e hipoteca de imóvel de propriedade da Companhia. Leasing e Finame-Leasing referem-se a equipamentos arrendados por meio de contratos irrevocáveis, contendo cláusula de opção de compra, vencem até 2012 e estão garantidos por avais dos diretores e da parte relacionada Maringá S.A. Cimento e Ferro-Liga e notas promissórias e alienação fiduciária dos respectivos bens. O financiamento para aquisição de investimentos refere-se à aquisição de ações das empresas controladas Maringá S.A. Cimento e Ferro-Liga. Companhia Agrícola Usina Jacarezinho e Maringá S.A. Cimento e Ferro-Liga, vence entre 2011 e 2012 e está garantido por avais dos diretores. A Companhia possui a importância de R\$ 1.500 em linhas de créditos contratadas e não utilizadas, em 31 de dezembro de 2010. Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição, por exercício social:

Controladora	2010	2009	01/jan/09
2010	-	-	19.709
2011	-	10.795	9.618
2012	4.016	2.663	2.541
2013	1.255	1.035	789
2014 a 2025	627	256	77

19. Debêntures: Com o objetivo de reduzir o custo de captação e equacionar o endividamento, a Companhia Agrícola Usina Jacarezinho contratou a emissão de debêntures, conforme Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversível em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com garantia adicional fidejussória, para Distribuição Pública com Esforço Restrito de Colocação, relativo à emissão de até 112 (cento e doze) debêntures no valor de R\$ 1.000 cada uma. Em dezembro de 2010, foram emitidas 100 (cem) debêntures, perfazendo um total de R\$ 100.000, com carência de 6 (seis) meses; juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das Taxas DI, capitalizada de uma sobretaxa de 4,00% (quatro por cento) ao ano; incidentes sobre o valor nominal ou saldo do valor nominal das Debêntures, a partir da data de emissão ou data do último pagamento dos Juros Remuneratórios, e pagos ao final de cada Período de Capitalização. Após o término do Período de Carência, os Juros Remuneratórios serão pagos em 5 (cinco) pagamentos semestrais, sendo o primeiro pagamento devido em 06 de dezembro de 2011 e o último 06 de dezembro de 2013, estão garantidas por hipoteca de imóvel da controladora, e fiança das partes relacionadas Maringá S.A. Cimento e Ferro-Liga e Companhia Canaveieira de Jacarezinho. O saldo em 31 de dezembro de 2010, já descontado os custos de emissão, é de R\$ 99.017, e apresenta a seguinte composição no longo prazo:

	2010	2009	01/jan/09
2011	-	-	20.318
2012	-	-	39.295
2013	-	-	39.404
Circulante	-	-	99.017
Não circulante	-	-	(20.318)
20. Financiamentos - Copersucar:			

Consolidado	2010	2009	01/jan/09
Capital de Giro	38.714	40.698	57.887
Warrantagem	15.131	18.064	19.980
Outros	1.081	1.351	1.978
Circulante	54.926	60.113	80.845
Letras de Câmbio	10.228	10.539	14.421
IPJ	16.847	7.310	14.783
CPMF	7.116	3.409	6.505
PIS e COFINS	1.902	1.181	5.387
Capital de Giro	2.950	5.181	1.774
Variação na liquidação de safra	-	211	146
Outros	485	1.405	8
Não circulante	39.528	29.236	43.024

Letras de Câmbio: Refere-se aos empréstimos tomados junto à cooperativa garantidos por letras de câmbio. **Capital de Giro e Warrantagem:** Correspondem a empréstimos da Copersucar, estando esses sujeitos a encargos fixos de 6,75% a 11,36% ao ano e de 102,40% ao ano a 105% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, garantidos por avais dos diretores, direitos sobre a safra e letras de câmbio. **IPJ, CPMF, PIS e COFINS:** Refere-se a recursos repassados pela Copersucar corrigidos pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC garantidos por avais dos diretores e da parte relacionada Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, direitos sobre safra, letras de câmbio e notas promissórias. **21. Benefícios a empregados:** Os principais benefícios que a Companhia concede aos seus empregados são: plano de previdência privada, programa de participação nos resultados, plano de assistência médica, seguro de vida e vale alimentação. O Plano de Previdência Privada foi instituído em 1º de janeiro de 2004, tendo sua modalidade de plano de contribuições definidas (aportadorista por idade) para os empregados de nível gerencial. Durante o exercício de 2010 a controladora contribuiu com a importância de R\$ 46 (R\$ 28 em 2009) e as controladas com R\$ 190 (R\$ 184 em 2009). **22. Provisão para contingências:** A Companhia é parte envolvida em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Consolidado	Depósitos judiciais			Provisão para contingências		
	2010	2009	01/jan/09	2010	2009	01/jan/09
IPJ	-	-	-	245	5.929	12.662
ICMS	-	-	-	5.152	5.167	5.540
PIS/COFINS	3.132	3.133	3.045	5.362	5.586	7.124
IRPJ/CSLL	869	869	869	3.872	3.005	4.615
OPF	1.148	1.109	923	1.113	1.080	923
Trabalhistas	661	576	609	1.569	1.721	2.232
Cíveis	404	406	403	3.410	3.253	6.238
Outras	1.525	1.493	1.498	1.263	1.444	1.412
	7.729	7.586	7.347	21.986	27.185	40.746

Controladora	Depósitos judiciais			Provisão para contingências		
	2010	2009	01/jan/09	2010	2009	01/jan/09
PIS/COFINS	514	514	514	585	577	569
IRPJ/CSLL	766	766	766	102	99	1.673
Trabalhistas	197	190	179	264	210	822
Cíveis	139	139	139	1.122	1.409	1.458
Outras	398	398	398	202	394	390
	2.014	2.007	1.996	2.275	2.689	4.912

IPJ: Questionamento quanto à tomada de crédito do imposto sobre insumos isentos, imunes, não-tributados e sujeitos à alíquota zero. Os valores foram utilizados para compensação com o próprio imposto devido. Em 2010 foi revertida a provisão no valor de R\$ 5.714 por motivo de decadência. **ICMS:** Substancialmente representado pelo questionamento da tomada de crédito sobre aquisições de produtos classificados como intermediários utilizados no processo produtivo. **PIS/COFINS:** Refere-se ao questionamento da constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, referente à inclusão, em sua base de cálculo, das variações monetárias ativas e receitas financeiras. **IRPJ/CSLL:** Refere-se ao questionamento quanto à permissão da dedução dos prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social sobre o lucro, apurados até 31 de dezembro de 1995, com lucros obtidos nos exercícios posteriores, sem a limitação de 30% estabelecida conforme os artigos 42 e 58 da Lei nº 8.981/95. **Trabalhistas:** Consistem, principalmente, em reclamações de ex-funcionários, requerendo compensações adicionais que não teriam sido pagas durante seu vínculo empregatício. **Cíveis:** Consistem, principalmente, em reclamações requerendo reparações de danos morais, nas quais a Companhia é parte envolvida. **Gerat:** A Companhia tem ações de natureza tributária e trabalhista, envolvendo riscos de per da classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante aproximado de R\$ 59.215 (R\$ 47.429 em 2009), conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

23. Partes relacionadas - controladora:

a. Saldos:

Ativo circulante	2010	2009	01/jan/09
Demais contas a receber			
Destilarias Melhoramentos S.A.	1.520	16.323	9.568
Companhia Agrícola Usina Jacarezinho	-	353	27
	1.520	16.676	9.595
Outros créditos			
Companhia Canaveieira de Jacarezinho	32	123	1
Destilarias Melhoramentos S.A.	4.777	913	-
Companhia Agrícola Usina Jacarezinho	53	-	-
Maringá S.A. Cimento e Ferro-Liga	377	1.886	-
Usina Morretes Ltda.	-	5	3
Companhia de Cimento Portland Ponte Alta	-	39	-
	5.195	3.019	4

Passivo circulante

Fornecedores

Destilarias Melhoramentos S.A.	13	-	-
--------------------------------	----	---	---

Outras contas a pagar

Companhia Agrícola Usina Jacarezinho	186	2	-
Destilarias Melhoramentos S.A.	9	3	57
Maringá S.A. Cimento e Ferro-Liga	2	25	-
Companhia Canaveieira de Jacarezinho	2	1	-
Companhia de Cimento Portland Ponte Alta	21	-	32
	213	8	114

Dividendos a pagar

Companhia Agrícola Caiuá	3.271	-	-
--------------------------	-------	---	---

b. Transações:

	2010	2009
Venda de cana-de-açúcar		
Destilarias Melhoramentos S.A.	60.560	47.578
Companhia Agrícola Usina Jacarezinho	2.111	994
	62.671	48.572

As operações com partes relacionadas resumem-se a venda de cana-de-açúcar pela Companhia, realizadas em condições normais de mercado. Os saldos ativos e passivos serão liquidados no decorrer do exercício de 2011. Conforme previsto no CPC 05, informamos que a controladora da Companhia é a Companhia Agrícola Caiuá.

c. Remuneração do pessoal chave da administração: O pessoal chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga aos conselheiros e diretores é definida na Assembleia Geral dos Acionistas e os valores pagos no exercício a título de remuneração foram R\$ 1.030 (R\$ 970 em 2009).

d. Garantias prestadas: Em 31 de dezembro os valores que a Companhia possuía de garantias, avais e fianças prestadas em conjunto com e para empresas ligadas, podem ser assim sumarizados:

	2010	2009	01/jan/09
Maringá S.A. Cimento e Ferro-Liga	26.319	24.699	-
Destilarias Melhoramentos S.A.	79.138	82.506	92.102
Companhia Agrícola Usina Jacarezinho	152.267	7.310	-
Companhia Canaveieira de Jacarezinho	25.182	5.207	7.236
Companhia de Cimento Portland Ponte Alta	137	239	-

A Companhia possui imóveis de sua propriedade garantindo operações de crédito das partes relacionadas conforme abaixo:

Garantida	Beneficiário (s)	Nome do imóvel	Localização	Objeto	Valor da Operação	Valor em 2010
Maringá S.A. Cimento e Ferro-Liga	BNDES	Fazenda Lagoa	Cianorte - PR	Programa Especial de Crédito - PEC	23.700	23.323
Destilarias Melhoramentos S.A.	BNDES e Banco Votorantim S.A.	Fazenda Água do Índio	Cianorte - PR	FINEM	89.026	61.286
Companhia Agrícola Usina Jacarezinho	Banco Santander (Brasil) S.A.	Fazenda Guanabara	Paranacity - PR	Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro	22.000	19.062
Companhia Agrícola Usina Jacarezinho	Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Banco Votorantim S.A.	Complexo Palmital (Fazendas Palmital, Andirá, Catuê, Ivai e Mururê)	Terra Boa - PR	Debêntures	112.000	99.017
Companhia Canaveieira de Jacarezinho	Banco Santander (Brasil) S.A.	Fazenda Guanabara	Paranacity - PR	Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro	15.000	12.994

24. Patrimônio Líquido: Capital Social: O capital social está representado por 587.065.908 (idêntico em 2009) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva estatutária operacional: Refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro líquido do exercício a fim de assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucros vinculadas ao orçamento de capital em observância ao artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo não poderá ultrapassar a 90% do capital social. O saldo de lucros acumulados do exercício de 2010 na importância de R\$ 35.355 e os ajustes de exercícios anteriores decorrentes de mudanças de práticas contábeis relativos aos saldos de aberturas de adoção aos CPC's - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no montante de R\$ 36.014, foram destinados para a reserva estatutária operacional por proposta da administração e aprovação na Assembleia Geral dos Acionistas a ser realizada até o final no mês de abril de 2011. **Reserva de reavaliação reflexa:** Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado das controladas, efetuada em 2006 com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes, correspondendo à contra-partida do novo valor de custo atribuído a esses bens, conforme faculta o item 38(a) do Pronunciamento Técnico CPC 13. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação, baixa, ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados das controladas contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. **Reservas de lucros a realizar:** Constituída com base no art. 197 da Lei das Sociedades por Ações, referente a dividendos sobre parcela dos lucros não realizados no exercício. Foi destinado a importância de R\$ 6.428 referente aos dividendos sobre os lucros não realizados do exercício de 2010, para aprovação na Assembleia Geral dos Acionistas a ser realizada até o final do mês de abril de 2011. **Dividendos:** De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76. As bases dos dividendos podem ser assim demonstradas:

	2010	2009
Lucro (prejuízo) do exercício	45.927	(29.483)
Constituição de reserva legal	(2.296)	-
Reversão de reservas:		
Reavaliação reflexa	3.508	11.669
Lucro líquido ajustado	47.139	(17.814)
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	25,00%	25,00%
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	11.785	-
Dividendos a pagar	5.357	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	6.428	-
	11.785	-

Demonstração do lucro realizado:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício ajustado	49.435	-
Lucros não realizado:		
Valor justo de ativos biológicos líquidos dos impostos	(21.543)	-
Equivalência patrimonial	(34.807)	-
Dividendos recebidos e a receber de controladas	15.781	-
Realização de reserva de reavaliação reflexa	(3.509)	-
Lucro não realizado	(44.078)	-
Lucro realizado	5.357	-

De acordo com o previsto no art. 197 da Lei 6.404/76, a administração propõe o pagamento de dividendos mínimo obrigatório na importância de R\$ 5.357 até o limite de lucros realizados no exercício. O montante de R\$ 6.428 é destinado para a reserva de lucros a realizar, para aprovação na Assembleia Geral dos Acionistas a ser realizada até o final do mês de abril de 2011. **25. Instrumentos financeiros:** Em 2010 e 2009 a Companhia não contratou operações consideradas como sendo instrumentos financeiros derivativos. O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia:

Consolidado:	Ativos	Investimentos mantidos até o vencimento		Empréstimos e recebíveis		2010	2009	01/jan/09
		Nota	o vencimento	2010	2009			
	Aplicações financeiras	7	85.396	-	85.396	89.566	94.583	
	Contas a receber de clientes	8	18.725	-	18.725	17.418	11.439	
	Contas correntes - Copersucar	9	30.800	-	30.800	36.560	-	
	Adiantamento a fornecedores	-	-	476	476	2.301	2.301	
	Títulos a receber	-	14.121	-	14.121	11.326	10.288	
	Outros créditos	-	-	10.717	10.717	6.694	4.914	
			149.042		11.193	160.235	163.865	123.525
	Passivos							
	Fornecedores e financiamentos	17	33.896	33.896	33.896	29.730	19.820	
	Debêntures	18	268.972	268.972	268.972	341.898	304.445	
	Empréstimos	19	99.017	99.017	99.017	-	-	
	Financiamentos - Copersucar	20	94.544	94.544	94.544	89.349	122.869	
	Contas correntes - Copersucar	9	-	-	-	-	21.915	
	Outras contas a pagar	4	4.662	4.662	4.662	285	358	
			501.001	501.001	501.001	461.262	469.407	

Controladora:

Ativos	Nota	Empréstimos e recebíveis		2010	2009	01/jan/09
		2010	2009			
Contas a receber de clientes	8	1.839	1.839	17.254	10.437	
Outros créditos	-	6.549	6.549	4.128	1.751	
		8.388	8.388	21.382	12.188	
Passivos						
Fornecedores e financiamentos	17	5.529	5.529	5.737	6.738	
Empréstimos e financiamentos	18	38.687	38.687	54.203	61.269	
		44.216	44			

